

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Representação nº ____/2022

O PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL, partido político com representação no Congresso Nacional, devidamente registrado no Eg. Tribunal Superior Eleitoral por meio da resolução nº 22.083 de 15.09.2005, inscrito no CNPJ sob o nº 06.954.942/0001-95, com sede e foro em Brasília (DF), SCS, QD. 2, Bl. C, nº 252, ed. Jamel Cecílio, 5º and. - Bairro Asa Sul, Brasília-DF, CEP nº 70302-905, fones (61) 3963-1750 e 3039-6356, por seu presidente nacional, **Juliano Medeiros**, brasileiro, historiador, inscrito no CPF nº [REDACTED] e do RG [REDACTED], residente e domiciliado em São Paulo, em conjunto com a bancada do Partido Socialismo e Liberdade na Câmara dos Deputados, e a **REDE SUSTENTABILIDADE**, partido político com representação no Congresso Nacional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.981.188/0001-07, com sede na SDS, Bl. A, CONIC, Ed. Boulevard Center, Salas 107/109, Asa Sul, Brasília – DF, CEP 70391-900, contato@redesustentabilidade.org.br, por seus porta-vozes nacionais, **Heloísa Helena** e **Wesley Diógenes**, em conjunto com a bancada da Rede Sustentabilidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, vêm, diante de Vossa Excelência, com base no artigo 55, II e §§ 1º e 2º, da Constituição



Federal, nos artigos 17, VI, “g”, 231, 240, 244 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e artigos 3º, I, II, III e IV, 4º, I e VI, 10, IV e 9º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP), apresentar

REPRESENTAÇÃO POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

em face do Deputado Federal **EDUARDO NANTES BOLSONARO** (PL/SP), brasileiro, com endereço na Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gabinete 350, Anexo IV, CEP 70160-900, Brasília – DF, por práticas incompatíveis com o exercício do mandato parlamentar.

Requer-se, desde logo, nos moldes do §2º do art. 55 da Constituição Federal, que a presente representação seja encaminhada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, para que esta adote as medidas previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara (CEDP), no Regimento Interno e na Constituição Federal, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I – Dos FATOS

01. O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), neste domingo (3.abr.2022), debochou e ironizou a tortura sofrida pela jornalista Míriam Leitão, do jornal *O Globo*. Mais cedo, ela compartilhou em seu perfil no Twitter a coluna que escreveu para o jornal “Única via possível é a democracia”. Na publicação, disse que o erro da 3ª via é tratar Lula e Bolsonaro como iguais. “Bolsonaro é inimigo da democracia”¹. O deputado representado compartilhou a

¹

Disponível

em:

<https://oglobo.globo.com/politica/deboche-de-eduardo-bolsonaro-tortura-de-miriam-leitao-repudiado-25461330>



publicação e escreveu: “Ainda com pena da cobra”.² Durante a ditadura militar no Brasil, a jornalista foi presa e torturada. Em um de seus relatos, Míriam Leitão, que estava grávida à época, conta que foi colocada em uma sala escura com uma cobra.

02. A jornalista relatou que, dois dias depois de ter sido presa no quartel do Exército em Vila Velha, no Espírito Santo, em dezembro de 1972, ela foi retirada de sua cela e levada para o pátio. Depois de levar chutes e tapas, teve que ficar nua na frente de dez soldados. Também foi trancada numa sala escura com uma jiboia.

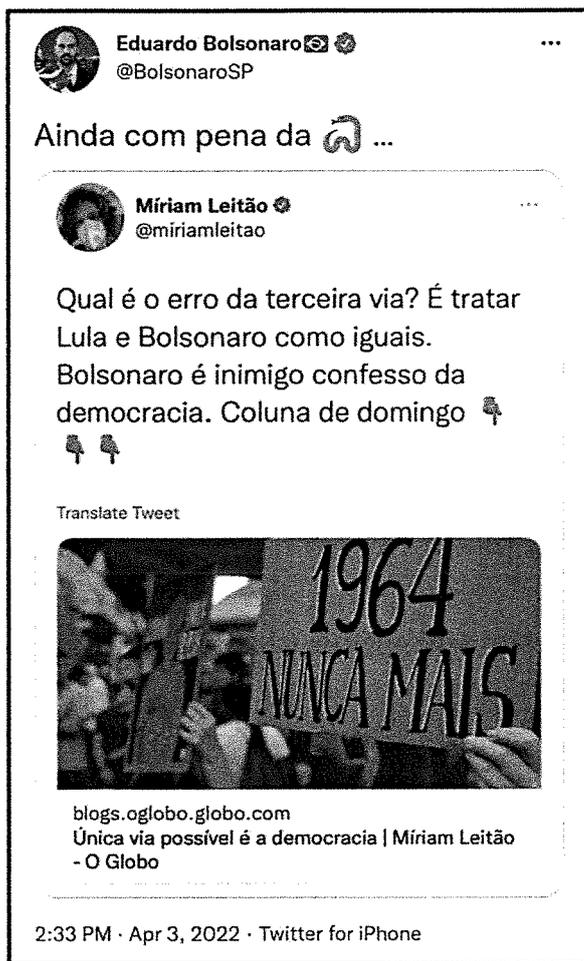
03. **“Vi minha sombra projetada cercada de cães e fuzis, e pensei: “Eu sou muito nova para morrer. Quero viver”**, contou Míriam Leitão, em depoimento ao Jornal O Globo.³

² Disponível em:

https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1510671887306739714?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1510718516491694080%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es2_&ef_url=https%3A%2F%2Fwww.poder360.com.br%2Fmidia%2Feduardo-bolsonaro-ironiza-tortura-sofrida-por-miriam-leitao%2F

³ Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/deboche-de-eduardo-bolsonaro-tortura-de-miriam-leitao-repudiado-25461330>



04. A declaração criminosa, repugnante e abjeta foi repudiada por parlamentares, movimentos e entidades de diferentes espectros ideológicos. O Globo, jornal onde Miriam Leitão é colunista, escreveu um editorial criticando as declarações do Deputado Eduardo Bolsonaro⁴:

"Repugnante e inaceitável

FOI REPUGNANTE, ofensiva e absolutamente inaceitável a manifestação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) que fez

⁴ Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/politica/deboche-de-eduardo-bolsonaro-tortura-de-miriam-leitao-repudiado-25461330>

referência à tortura sofrida pela jornalista Míriam Leitão, colunista do GLOBO, durante a ditadura militar.

EM POST publicado numa rede social contestando uma crítica feita por Míriam ao presidente Jair Bolsonaro — ela o chamara de “inimigo confesso da democracia” —, o filho Zero Três zombou de um dos episódios mais dramáticos e cruéis da vida dela, a tortura a que foi submetida nos porões da ditadura enquanto estava grávida.

A MANIFESTAÇÃO do deputado deve ser repudiada com toda a veemência. É incompatível não apenas com o que se espera de um detentor de mandato popular, mas sobretudo com a decência e o respeito humanos. Merece, além do repúdio firme, providências das instituições obrigadas constitucionalmente a zelar pelo Estado de Direito”

05. **É preciso considerar que tais atos atentatórios contra a democracia e os Direitos Humanos são recorrentes por parte do parlamentar Representado.** O Deputado Eduardo Bolsonaro já afirmou, em entrevista à jornalista Leda Nagle realizada no YouTube, que “se a esquerda brasileira radicalizar”, uma resposta pode ser **“via um novo AI-5”**⁵. O Representado declarou o seguinte:

“Tudo é ‘culpa do Bolsonaro’, percebeu? Fogo na Amazônia - que sempre ocorre; eu já morei lá em Rondônia, sei como é que é; [...] óleo no Nordeste: ‘culpa do Bolsonaro’. Daqui a pouco vai passar esse óleo, tudo vai ficar limpo, vai vir uma outra coisa, qualquer coisa: ‘culpa do Bolsonaro’. Se a esquerda radicalizar a esse ponto, a gente vai precisar ter uma resposta. E uma resposta, ela pode ser via um novo AI-5; pode ser via uma legislação aprovada através de um plebiscito, como ocorreu na Itália... alguma resposta vai ter que ser dada. O que faz um país forte não é um Estado forte: são indivíduos fortes”. (...)

⁵A íntegra da entrevista do representado está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m_cyKtiTpL4&feature=youtu.be

06. A fala, com amplíssima repercussão nacional e internacional⁶, causou espanto e reação em diversos setores da sociedade, tendo em vista sua contrariedade à Constituição, aos fatos históricos e aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, em especial aqueles relacionados ao respeito à dignidade da pessoa humana e à democracia.

07. No dia 29 de outubro de 2019, o Representado declarou em Plenário que a história poderia se repetir e um Regime Militar poderia novamente se instaurar no país. Observa-se o dito pelo Deputado Eduardo Bolsonaro, conforme as notas taquigráficas da Câmara dos Deputados⁷:

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) - Não vamos deixar! Não vamos deixar isso vir para cá. Se vier para cá, vai ter que se haver com a polícia. E, se eles começarem a radicalizar do lado de lá, nós vamos ver a história se repetir. Ai é que eu quero ver como a banda vai tocar.

08. Recorda-se que em outro momento, o mesmo afirmou que **"Cara, se quiser fechar o STF, sabe o que você faz? Você não manda nem um jipe. Manda um soldado e um cabo. Não é querer desmerecer o soldado e o cabo, não"**, afirmou Eduardo Bolsonaro.⁸

09. Ou seja, trata-se de um abuso de prerrogativas, sistemático e recorrente, por parte do parlamentar representado, com viés autoritário e ameaçando a ordem democrática brasileira.

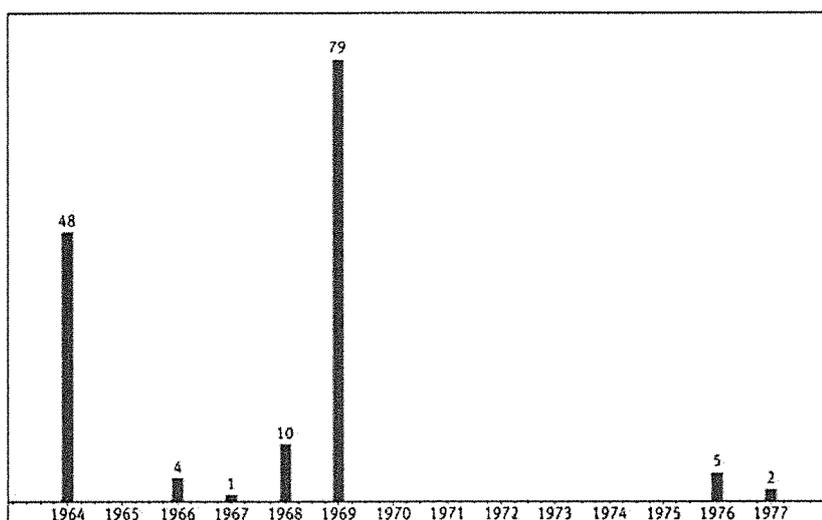
⁶ Dentre inúmeros outros:
<https://www.theguardian.com/world/2019/nov/01/brazil-president-son-jair-eduardo-bolsonaro-dictatorship-era-tactics-leftist-foes>
<https://www.independent.co.uk/news/world/americas/brazil-jair-bolsonaro-far-right-eduardo-bolsonaro-military-dictatorship-a9180256.html>
https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/bolsonaros-son-criticized-after-call-for-brazil-crackdown/2019/10/31/1c95f314-fc45-11e9-9e02-1d45cb3dfa8f_story.html

⁷ Disponível em: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/58359>

⁸ Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/basta-um-soldado-e-um-cabo-para-fechar-stf-diss-e-filho-de-bolsonaro-em-video.shtml>

10. Importante lembrar que o Ato Institucional nº 5, o AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros, definindo o momento mais duro do regime. Veja-se, a partir de estudo da Câmara dos Deputados, o número de Deputados Federais cassados por ano devido aos atos institucionais:

GRÁFICO 4. Deputados federais cassados por ano devido a atos institucionais. Brasil, regime militar



Fonte: Quadro geral de cassações de mandato. Câmara dos Deputados, Secretaria-Geral da Mesa, Núcleo de Assessoramento Técnico, 2012.

11. A Constituição de 1988 reconheceu os horrores do período que o Representado busca enaltecer e estabeleceu as bases para implementação de nossa justiça de transição. Além de restabelecer e proteger, mediante cláusula pétreia, os direitos e garantias fundamentais essenciais à proteção da dignidade humana e das instituições democráticas, nossa Carta reconheceu expressamente o direito à indenização de todos aqueles atingidos por atos de exceção por motivação política, conforme dispõe o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

12. Conforme constatou a Comissão da Verdade, a prática da tortura e de outras graves violações de direitos humanos com motivação política foi adotada sistematicamente como política de Estado a partir do golpe militar de 1964. A tortura teve como vítimas homens e mulheres, e foi constantemente testemunhada por crianças. Entre as práticas de violência, a violência sexual se destacava nos porões do regime.⁹

13. **São esses horrores que a Constituição Federal obrigou o Estado brasileiro a reconhecer e que o país se comprometeu a reparar perante diversas organizações internacionais, especialmente para que nunca mais se repitam.**

14. **Ademais, o parlamentar representado deixa mais uma vez evidenciado o seu caráter misógeno e machista. A violência política é calcada no menosprezo, discriminação e inferiorização do feminino, e objetiva impedir, anular ou obstaculizar o exercício dos direitos políticos ou profissional das mulheres, comprometendo a participação igualitária em diversas instâncias da sociedade.**

15. Um novo estudo baseado em dados de monitoramento de ataques a jornalistas conduzido pela rede Voces del Sur, **mostrou que jornalistas do gênero feminino que cobrem temas políticos foram os maiores alvos de ataques em 2021.** A pesquisa foi realizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), com apoio do Global Media Defence Fund da Unesco e revelou que mulheres jornalistas (cis e trans) são 91,3% das vítimas. Ao todo, foram registradas 119 ocorrências contra 127 profissionais e meios de comunicação no ano passado¹⁰.

16. **Assim, a declaração que enseja a presente representação é extremamente grave e atenta contra a ordem jurídica fixada pela Constituição, descumprindo os deveres parlamentares ali expostos;**

⁹ Disponível: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf

¹⁰ Disponível: <https://abraji.org.br/projetos/violencia-de-genero-contra-jornalistas>

descumpre os deveres postos no CEDP da Câmara dos Deputados; agride o disposto em diversos tratados e acordos internacionais que o país se comprometeu a observar; e desborda, ainda, em ilicitude penalmente tipificada. Sua prática, por conseguinte, é inconstitucional, ilegal e não compatível com a ética e o decoro parlamentar.

17. A cassação de Eduardo Bolsonaro é imperativa e urgente. Não há nenhuma condição moral e política dele permanecer à frente de qualquer cargo público. Diante desses fatos, é dever fundamental dos poderes constituídos, inclusive o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, a tomada das providências cabíveis para punir o Representado pelos referidos atentados contra à dignidade da jornalista Miriam Leitão, e à dignidade de todas as mulheres, por ele perpetrados, pelas razões de direito a seguir expostas.

II – Do Direito

II.1 QUEBRA DO DECORO PARLAMENTAR. VIOLAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DA LEGISLAÇÃO PÁTRIA E DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.

18. Conforme determina o art. 55 da Constituição Federal, o decoro parlamentar é uma característica própria da atividade parlamentar. O Parlamentar deve agir consoante preceitos éticos, morais e dos valores social e constitucionalmente previstos, de forma que sua conduta, estando em conformidade aos ditames legais e constitucionais, signifique sempre um agir socialmente responsável, deste modo não rompendo seus deveres e responsabilidades de agente político e não ferindo a imagem do Parlamento. No caso, os atos são puníveis porque o Representado, abusando de suas prerrogativas (a imunidade material), quebra o decoro ao deixar de observar os deveres advindos dos princípios constitucionalmente previstos.

19. O Representado, por suas falações abusivas e criminosas, rompe o dever de cidadania, da dignidade da pessoa humana, do pluralismo político, milita contra o dever de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, age contra o dever de promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, atua contra a vida e em favor da tortura e da misoginia.

20. A Constituição Federal de 1988 consagrou a República Federativa do Brasil como Estado Democrático de Direito, baseado na soberania popular e com eleições livres e periódicas. É inadmissível que um parlamentar eleito deboche e ironize um ato cruel e desumano de tortura.

21. O texto constitucional é claro no sentido de que a República Federativa do Brasil tem como fundamentos a cidadania, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político e se rege em suas relações internacionais pelo princípio da prevalência dos direitos humanos (art. 1º, incisos I, III e VI, e 4º, inc. II).

22. No plano internacional, ao ser submetido a julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no *Caso Gomes Lund e Outros*, o Brasil foi condenado por unanimidade pelo desaparecimento forçado e, portanto, pela violação dos direitos ao reconhecimento da personalidade jurídica, à vida, à integridade pessoal e à liberdade pessoal, devendo adotar medidas de não repetição das violações verificadas.

23. Ainda durante a tramitação do caso *Caso Gomes Lund e Outros*, o Estado brasileiro assumiu oficialmente sua responsabilidade pelas mortes e desaparecimentos forçados ocorridos durante o período do regime militar e, em sua contestação perante a Comissão Interamericana, reconheceu o sofrimento das famílias das pessoas desaparecidas na Guerrilha do Araguaia, em razão de não poderem exercer o direito de enterrar seus mortos.

24. Ainda no âmbito internacional, o Estado Brasileiro reconheceu perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em sua contestação no *Caso Vladimir Herzog*, sua responsabilidade pela detenção arbitrária, tortura e assassinato de Vladimir Herzog por agentes do Estado no DOI/CODI do II Exército, em 25 de outubro de 1975.

25. Convém ressaltar que a Constituição Federal determina que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37). Destaque-se, conforme doutrina e jurisprudência consolidada, que os princípios da moralidade e impessoalidade têm força normativa e devem ser seguidos em todos os âmbitos da administração pública.

26. **É claro também, diante de toda a legislação mencionada, que compete ao Estado brasileiro não apenas o dever de reparar os danos sofridos pelas vítimas da ditadura militar, mas também o dever de não infligir a elas novos sofrimentos.**

27. **O Representado, ao relembrar e debochar de um momento de tortura vil e perpetrada pelo regime militar contra Míriam Leitão afrontou diretamente os ditames constitucionais e democráticos. Por tal razão, o parlamentar incidiu nos tipos penal de “incitação ao crime” e “apologia de crime ou criminoso”¹¹.**

II.2 DA VIOLAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR E DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

¹¹ Artigos 286 e 187 do Código Penal: **Incitação ao crime**: art. 286 - Incitar, publicamente, a prática de crime: Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa (...) **Apologia de crime ou criminoso**: art. 287 - Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime: Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

28. O CEDP da Câmara dos Deputados afirma que é dever fundamental do parlamentar, dentre outros, zelar e cumprir a Constituição Federal.

Observa-se:

Art. 3º São deveres fundamentais do Deputado:

I – promover a defesa do interesse público e da soberania nacional;

II – **respeitar e cumprir a Constituição Federal**, as leis e as normas internas da Casa e do Congresso Nacional;

III – **zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;**

IV – exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa-fé, zelo e probidade;

29. Ainda no que tange o artigo 3º do CEDP da Câmara dos Deputados, o inciso IV do dispositivo afirma que o parlamentar deve “exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular (...)”. A vontade popular elegeu novos parlamentares e reelegeu tantos outros que já possuíam mandato parlamentar, exatamente como o Representado. A tortura, defendida e elogiada pelo Deputado representado, representa o oposto do que o parlamento deve simbolizar.

30. O art. 4º do CEDP da Câmara dos Deputados, elenca, em seus seis incisos, procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, sendo puníveis com a perda do mandato parlamentar. Como podemos observar nos seus incisos I e VI:

Art. 4º Constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, **puníveis com a perda do mandato:**

I – **abusar das prerrogativas constitucionais** asseguradas aos membros do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 55, § 1º);

VI – **praticar irregularidades graves** no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes, **que afetem a dignidade da representação popular.**

31. Ou seja, o Representado abusa de suas prerrogativas constitucionais, e por isso, **deve perder o seu mandato**. A própria Constituição Federal de 1988 prevê tal punição:

Art. 55. **Perderá o mandato o Deputado ou Senador:**

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

§ 1º - **É incompatível com o decoro parlamentar**, além dos casos definidos no regimento interno, **o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional** ou a percepção de vantagens indevidas.

32. Como se verifica do transcrito, e como abordaremos adiante, a imunidade parlamentar, prerrogativa constitucional concedida a parlamentares eleitos, não é absoluta e deve passar pelo crivo político do julgamento judicialiforme do Conselho de Ética, conforme autoriza o art. 55 da Constituição Federal. **Isso porque é inconstitucional dar guarida a aspirações antidemocráticas, autoritárias e machistas, e porque é punível o abuso das prerrogativas (dentre elas a da imunidade material), especialmente como no caso, quando incompatível com o decoro parlamentar.**

33. Obviamente, a liberdade de expressão não é um direito ilimitado, devendo respeitar outros direitos previstos na Constituição Federal. **Dessa forma, a liberdade de se expressar não pode se confundir com o discurso de ódio e o incentivo à violência.** Dessa forma, há um forte consenso, na jurisprudência e na doutrina jurídica brasileira, contrário à proteção constitucional dos discursos de ódio. Não se pode, segundo Owen Fiss, ignorar a força silenciadora que o discurso opressivo dos intolerantes pode exercer sobre seus alvos. **Assim, a restrição ao discurso de ódio e à estigmatização de setores excluídos não ameaça a democracia, mas antes a fortalece.**

34. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) prevê que no dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, os deputados diplomados prometerão defender e cumprir a Constituição Federal:

Art. 4º No dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, os candidatos diplomados Deputados Federais reunir-se-ão em sessão preparatória, na sede da Câmara dos Deputados.

§ 3º Examinadas e decididas pelo Presidente as reclamações atinentes à relação nominal dos Deputados, será tomado o compromisso solene dos empossados. De pé todos os presentes, o Presidente proferirá a seguinte declaração: **"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil". Ato contínuo, feita a chamada, cada Deputado, de pé, a ratificará dizendo: "Assim o prometo", permanecendo os demais Deputados sentados e em silêncio.**

35. Como já discorrido na parte fática da presente Representação, o Representado atentou contra a Constituição ao fazer uma apologia direta da tortura, afirmando ter "pena" da cobra utilizada na tortura contra a jornalista Miriam Leitão. Tal fato vai de encontro ao juramento realizado pelo parlamentar em sua posse, conforme o art. 4º do RICD, e a toda normativa legal do Estado brasileiro.

36. Além do exposto, o RICD também dispõe acerca da perda de mandato e da quebra de decoro parlamentar:

Art. 240. Perde o mandato o Deputado:

II - cujo procedimento for declarado **incompatível com o decoro parlamentar;**

Art. 244. O deputado que praticar ato contrário ao decoro parlamentar ou que afete a dignidade do mandato estará sujeito às penalidades e ao processo disciplinar previstos no Código de Ética e Decoro Parlamentar, que definirá também as condutas puníveis.

37. Os parlamentares, nos termos da Carta Magna, são cobertos pelo manto da imunidade material, sendo invioláveis pelas suas opiniões, palavras e votos, salvo os abusos. Pelo transcrito §1º do art. 55, e como já decidiu o Supremo Tribunal Federal em diversos casos, tal prerrogativa não é absoluta. Por exemplo, em voto proferido pelo Ministro Roberto Barroso, **"o excesso de**

linguagem pode configurar, em tese, quebra de decoro, a ensejar o controle político” (Pet. 5.647, Rel. Min. Roberto Barroso, 1ª T., julg. em 22/09/2015).

38. O Ministro Celso de Mello também já analisou o instituto jurídico de imunidade parlamentar e a incidência do seu alcance em sentido material. Observa-se:

IMUNIDADE PARLAMENTAR EM SENTIDO MATERIAL (INVIOLABILIDADE). DISCURSO PROFERIDO POR DEPUTADO DA TRIBUNA DA CASA LEGISLATIVA. ENTREVISTA JORNALÍSTICA DE CONTEÚDO IDÊNTICO AO DO DISCURSO PARLAMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DO MEMBRO DO PODER LEGISLATIVO. PRESSUPOSTOS DE INCIDÊNCIA DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DA IMUNIDADE PARLAMENTAR PRÁTICA ‘IN OFFICIUM’ E PRÁTICA ‘PROPTER OFFICIUM’. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (...)

- **Se o membro do Poder Legislativo, não obstante amparado pela imunidade parlamentar material, incidir em abuso dessa prerrogativa constitucional, expor-se-á à jurisdição censória da própria Casa legislativa a que pertence** (CF, at. 55, § 1º). Precedentes: RE 140.867/MS, Rel. p/ o acórdão Min. Maurício Corrêa – Inq 1.958/AC, Rel. p/ o acórdão Min. Carlos Britto (Pleno) - STF, AI 631276, Rel. Min. Celso de Mello, julg. em 01/02/2011, DJe 15/02/2011

39. Para além dos dispositivos contidos no CEDP da Câmara dos Deputados aqui referidos, também é possível observar que o Representado infringiu outros dispositivos do ordenamento jurídico nacional, conforme demonstrado.

40. Como o Representado demonstrou não ter apreço pelas instituições democráticas, não respeita a vontade popular e desrespeita frontalmente a Constituição Federal e o CEDP da Câmara dos Deputados, não cumprindo seus deveres fundamentais como parlamentar eleito, é fundamental que este Conselho de Ética, nos termos regimentais, tome as providências cabíveis.

41. Diante do exposto, resta claro que a conduta do Representado quebra o decoro parlamentar, pois fere ao art. 55, inc. II e §1º da Constituição Federal e aos artigos 3º, incisos II, III, IV, VII, 4º, incisos I e VI, 5º, inc. X e 9º, todos do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, eis que: (i) pregou o rompimento da ordem constitucional e do regime democrático; (ii) fez apologia a crimes – **especialmente a tortura** – em razão da Ditadura Militar; (iii) abusou, de forma machista e misógina, de suas prerrogativas parlamentares; e (iv) atentou contra a dignidade do Parlamento.

42. Em face das severas e múltiplas violações à Constituição Federal, ao ordenamento jurídico, à vida em sociedade, ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ao Código de Ética e Decoro Parlamentar, havendo o Representado agido ilegal e abusivamente e de modo incompatível ao decoro parlamentar, **impõe-se a cassação do mandato do Representado.**

III - Do PEDIDO

Face ao exposto, diante dos fatos praticados pelo Representado, e pelas razões de direitos expostas, requer-se:

1. Nos moldes do §2º do art. 55 da Constituição Federal, seja a presente Representação recebida pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados com a devida instauração do Processo Disciplinar, para apurar a prática de conduta atentatória contra o decoro parlamentar do Deputado Federal **EDUARDO BOLSONARO (PL/SP)**, nos moldes do art. 14 e incisos do §4º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

2. A designação de relator.

3. A notificação do Representado no endereço Gabinete 350 do Anexo IV da Câmara dos Deputados, dep.eduardobolsonaro@camara.leg.br, Telefone (61) 3215-5350, para se querendo, apresente sua defesa.

4. Requer-se que a presente Representação seja admitida e que o Representado seja punido com a perda de mandato, conforme previsto no art. 10, inciso IV, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Brasília, 04 de abril de 2022.

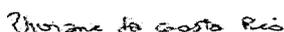
JULIANO MEDEIROS:0
Assinado de forma digital por JULIANO MEDEIROS:044072708
Dados: 2022.04.06 16:54:57 -03'00'



Juliano Medeiros
Presidente do PSOL



Sâmia Bomfim
Líder do PSOL



Vivi Reis
PSOL/PA



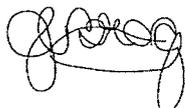
Fernanda Melchionna
PSOL/RS



Ivan Valente
PSOL/SP



Áurea Carolina
PSOL/MG



Glauber Braga
PSOL/RJ

Luiza Erundina
PSOL/SP

Taliria Petrone
PSOL/RJ

Heloisa Helena
Porta-Voz Nacional da REDE

HELOISA HELENA
LIMA DE MORAES
CARVALHO: [REDACTED]
Assinado de forma digital
por HELOISA HELENA
LIMA DE MORAES
CARVALHO [REDACTED]
Dados: 2022.04.06
17:10:02 -03'00'

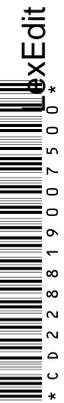
Wesley Diógenes
Porta-Voz Nacional da REDE

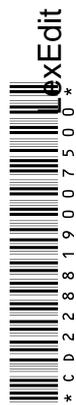
WESLEY
ELDERSON
DIOGENES
NOGUEIRA: [REDACTED]
Assinado de forma digital
por WESLEY ELDERSON
DIOGENES
NOGUEIRA [REDACTED]
Dados: 2022.04.06
17:10:26 -03'00'

Randolfe Rodrigues
Líder da REDE no Senado
Federal

Joenia Wapichana
Líder da REDE na Câmara
dos Deputados

Túlio Gadelha
REDE/PE







CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA/SGM

Representação de autoria do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e da REDE SUSTENTABILIDADE em desfavor do Senhor Deputado EDUARDO BOLSONARO, protocolizada em 6 de abril de 2022. Imputação de conduta incompatível com o decoro parlamentar.

Em 12/04/2022.

Numere-se, publique-se e encaminhe-se ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.


ARTHUR LIRA
Presidente

